

DAS SOCIEDADES COMERCIAIS DE JUDEUS E ITALIANOS ÀS SOCIEDADES FAMILIARES DE CRISTÃOS NOVOS. EXEMPLOS

MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

Universidade Aberta

Ao propor-me estudar as sociedades comerciais de judeus/cristãos novos e italianos em Portugal, durante os séculos xv e xvi, enfrentei um problema de difícil resolução. Se as sociedades entre judeus cortesãos e mercadores italianos ou flamengos, ligados pelos negócios, as rendas e os empréstimos à família real, ocorreram como resultado de interesses comuns, a verdade é que, como cristãos novos, já é mais difícil reconhecer a existência dessas parcerias comerciais. De facto, os cristãos novos com ligações à corte não aparecem com esta identificação e diluem-se entre os inúmeros cortesãos que pululam na casa real, alguns deles associados aos tratos do açúcar, das especiarias africanas ou orientais, ao pau brasil que conjugam os negócios com o desempenho de cargos diversos e até militares nos territórios conquistados pelos portugueses.

Com o correr dos anos, com a entrada da Inquisição, tornava-se desejável e necessário preservar os negócios e as famílias cristãs novas dos olhares desconfiados dos cristãos velhos e as sociedades que nos são conhecidas tornavam-se exclusivas de cristãos novos, onde cristãos velhos portugueses ou estrangeiros não entravam, apesar de os membros dessas sociedades se dispersarem geograficamente consoante os interesses económicos. Nessa dispersão geográfica a Itália foi um ponto nevrálgico, dada a proximidade a Portugal e à Turquia, sem esquecer a segurança que, até meados do século xvi, os cristãos novos sefarditas encontraram em algumas das suas cidades, quer vivessem como cristãos, quer residissem nas judiarias, graças a uma certa benevolência de Roma e das autoridades políticas locais.

Mas, mesmo em Itália, os cristãos novos apenas negociavam com os seus correligionários. De facto, os processos da Inquisição de Veneza que Zorattini publicou são omissos quanto aos negócios existentes e às suas parcerias, talvez porque o foco fosse o comportamento religioso dos portugueses que viviam fora do guetto ou, numa duplicidade, ora dentro ora no seu exterior, consoante os locais.

Assim, sem ter conseguido comprovar estas sociedades, após o baptismo forçado, apenas o seu relacionamento pontual, como na ida de Isabel Caldeira com o feitor de Denis Sernige para a Índia, ou as dívidas de mestre Francisco a um Micer Ludovico, irei apresentar os negócios e a diplomacia em que uns e outros se cruzaram, em nome dos reis de Portugal ou dos próprios interesses. Por fim, irei através da onomástica de algumas famílias cristãs novas procurar um possível relacionamento entre uns e outros.

Não me vou debruçar sobre a presença dos mercadores italianos em Portugal no século XIV, que é conhecida e está estudada, a partir do momento em que D. Dinis chamou para o seu serviço e deu ao genovês Manuel Pessanha o cargo de almirante. Com ele vieram vinte marinheiros experientes no curso. Seguir-se-iam os interesses comerciais, bem presentes pelos privilégios concedidos por D. Afonso IV à companhia dos Bardi de Florença e aos seus mercadores, permitindo-lhes ter um cônsul que julgasse os casos que pudessem surgir entre eles e terceiros, cabendo a apelação ao rei ou ao seu juiz. No entanto, o almirantado permanecia na família de Manuel Pessanha, com Bartolomeu e Lançarote Pessanha, seus filhos, que, para além do curso ao serviço dos reis de Portugal, utilizavam as suas galés em tempo de paz para o seu comércio na Flandres, em Génova ou noutros locais. D. Pedro I confirmava as cartas de privilégios a genoveses, milaneses e prazentins¹. Os mercadores destas cidades italianas apareciam, assim, como os mais antigos a usufruírem dos privilégios da coroa portuguesa e a residirem no reino, nomeadamente, em Lisboa.

D. Fernando não ignorou esta realidade em que Lisboa se transformara e que Fernão Lopes retratara no seu tão conhecido prólogo à crónica do seu reinado:

Havia outrossi mais em Lisboa estantes de muitas terras não em uma só casa, mas muitas casas de uma só nação, assim como Genoveses, e Prazentins, e Lombardos, e Catalães de Aragão e de Maiorca, e de Milão, que chamavam Milaneses, e Corcins, e Biscainhos, e assim de outras nações, a que os Reis davam privilégios e liberdades, sentindo-o por seu serviço e proveito.

¹ Sobre os documentos relativos aos mercadores e navegantes italianos em Portugal, remeto o leitor para Silva MARQUES, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, IAC, 1940 e ss., vol. I, suplemento ao vol. I, vol. II e vol. III; Judite PAIXÃO, *Os italianos em Portugal*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1973.

Lisboa tornara-se no dizer do cronista uma cidade de muitas e desvaibradas gentes².

As relações comerciais destes mercadores com as várias cortes peninsulares fariam que alguns fossem utilizados nos negócios diplomáticos por D. Fernando. Foi o caso de Badasal de Spínola que, com a infanta D. Maria, irmã do rei, casada em Aragão, foram os procuradores em nome de D. Fernando nos acordos com Pedro IV, em 1370, juntamente com os cavaleiros Afonso Fernandes de Burgos e Martim Garcia. Entre as testemunhas do acordo em Barcelona encontramos a menção a um genovês Damiano Ususmaris³. Mais tarde, apesar de alguns problemas com a Senhoria de Génova pela sua ligação a França e a Castela, e da queda temporária em desgraça dos Pessanha, esta família estaria representada no casamento da infanta D. Beatriz com o rei João I de Castela, na pessoa do almirante Manuel Pessanha⁴.

Apesar de todos os defeitos e erros políticos que se acusam a D. Fernando, a verdade é que foi neste reinado que uma burguesia mercantil nacional cresceu e se afirmou no reino. Na sua afirmação social e económica questionava a legitimidade do exercício do comércio por alguns membros da nobreza e escolhia como alvo os judeus a quem acusava da prática da usura e de arrebatar os arrendamentos das rendas reais. Para estes a situação agravar-se-ia com a chegada ao trono de uma nova dinastia, erguida pela vontade popular, e com a entrada no reino de judeus castelhanos que, em Portugal, procuravam refúgio contra os excessos fundamentalistas de alguns membros da Igreja dos reinos vizinhos.

Estes imigrantes distinguiram-se dos judeus naturais do reino, porque mais ricos e experientes nos negócios de exportação/importação de mercadorias que interessavam à corte. Aqui, estes tinham encontrado os mercadores italianos como intermediários de um comércio de luxo, com uma posição privilegiada junto da família real, deixando para os judeus os arrendamentos dos direitos reais, agora contestados pelos cristãos, e alguns empréstimos. Daí que não possamos estranhar que os adversários deste grupo de judeus de origem peninsular tivessem sido os mercadores italianos.

A oposição que lhes era subrepticamente feita estava bem patente nos designados conselhos de Catalão e Abravanel ao jovem D. Afonso V. Desconhecemos quem foi este Catalão próximo da corte e qual dos Abravanel seria este conselheiro. Talvez Juda, pai de Isaac e filho de Samuel, se pensarmos na sua ligação ao infante D. Fernando de quem foi credor.

Os conselhos, datáveis do início da década de 50 do século xv (1453?), coincidiram com a emissão dos cruzados de ouro, moeda de lei de 23¾ de

² Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Barcelos, Ed. Civilização, 1966, *Prólogo*, pp. 5-6.

³ *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, vol. VII, pp. 17-22

⁴ *Ibidem*, pp. 230-241.

quilate e de peso igual ao do ducado veneziano mas que correria, inicialmente, com menor poder de compra. Os dois judeus iniciavam o seu parecer por uma resenha das emissões monetárias nacionais e dos circuitos dos metais nobres, ouro e prata, assim como a tradicional fuga destes para Castela, o que comprovava um profundo conhecimento da evolução do numerário nacional desde os finais do século XIV, a sua desvalorização e revalorização. Propunham remédios, defendendo a cunhagem de moedas boas, e chamavam a atenção para o facto de a moeda portuguesa possuir melhor lei do que a castelhana pelo que seria forçoso o seu contrabando para o reino vizinho onde acabaria fundida ou entesourada, esvaziando, consequentemente, os cofres do tesouro régio. Mas os conselhos não se ficavam apenas pelas emissões monetárias ou pelos metais preciosos, seu circuito e artefacto. Nesta defesa do que era nacional, desaconselhavam o comércio de genoveses e outros italianos no reino, pois o comércio devia pertencer aos portugueses, e rematavam dizendo que um povo rico faria um reino rico⁵.

Obviamente que estes dois judeus ao oporem-se ao comércio italiano estavam a defender os seus interesses, porque se sentiam naturais do reino, apesar da origem das famílias de ambos ser castelhana e catalã. Contestavam o poder que os mercadores genoveses e italianos em geral tinham no comércio português o qual devia pertencer exclusivamente aos naturais de um reino que se abalançava na procura de novas terras e novas mercadorias que interessavam a portugueses, fossem eles cristãos ou judeus, e a italianos. Como bons negociantes e políticos, os judeus cortesãos, conhecendo o adversário e a dificuldade em o vencer, decidiram aliar-se.

Entre 1446-1450, Judas Abravanel e Salomão Latam realizaram parcerias diversas nas rendas e no trato das moradias com cristãos. Em 1446, o parceiro fora João Dias Beleágua, escudeiro e criado do regente D. Pedro; em 1447 e 1448, a parceria foi com o genovês Leonardo Lomelino e no ano seguinte com Marco Lomelino⁶. Este último tinha o trato da exportação da cortiça do reino, pelo menos desde 1456, monopólio esse que seria renovado dez anos mais tarde, apesar de D. Afonso V o ter outorgado, dias antes, ao flamengo Martim Leme. Lomelino repartiria o trato em subparcerias, numa das quais entrou Martim Leme com Domenico Scotto, também genovês, e noutra o florentino João Guidete⁷. Desconhecemos se nelas entraria algum parceiro judeu que tivesse interesses na Flandres para onde ia parte desta cortiça.

⁵ Teixeira de ARAGÃO, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1964, 2.^a ed., vol. I, pp. 374-381.

⁶ IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fls. 86v-87; *Extras*, fls. 69v-70 e 119v-120.

⁷ Anselmo BRAAMCAMP FREIRE, "Maria Brandoa, a do Crisfal", in *Archivo Histórico Portu-guez*, Lisboa, 1908, vol. VI, pp. 327 e 359.

A Juda Abravanel, mestre Latam e Guedelha Palaçano pagaria o feitor do rei em Bruges mil libras⁸. Mas este último judeu cortesão com preponderância nas cortes de D. Afonso V e D. João II obtivera a permissão para navegar com fustas suas ao longo da costa africana e explorá-la, pelo menos, até ao rio do Ouro⁹, senão até mais longe, desde a empresa henriquina, tornando-o num potencial mercador de escravos, de especiarias africanas, como a malagueta e do marfim, apesar de monopólios da coroa.

Foi, na segunda metade do século xv, que as ligações entre os mercadores judeus e italianos se fortaleceram, apesar da contestação a ambos surgir nas cortes deste reinado. De facto, o grande comércio estava nas suas mãos e dele continuava excluída a grande maioria dos mercadores portugueses cristãos. Daqueles dois grupos, a minoria judaica era a mais frágil da coligação, sofrendo as maiores tentativas de destruição nas cortes, sobretudo no que respeitava ao tráfego marítimo, mas sem resultado. De facto, os mercadores judeus e as suas mercadorias eram alvo das pilhagens dos corsários aos barcos portugueses, que D. Afonso V e D. João II tentarão proteger¹⁰.

Nas cortes de 1472, o aumento do preço da arroba de açúcar era apontado às vendas que os produtores madeirenses realizavam com os mercadores judeus e genoveses. Não era a primeira vez que tal acontecia. De facto a contestação fora iniciada pelos produtores madeirenses, dez anos antes, quando se queixaram ao infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, de judeus e genoveses e requereram-lhe a proibição para não comerciarem na ilha por causa da destruição que provocavam¹¹. Samuel Abravanel também estivera ligado ao trato do açúcar madeirense¹². Outros entravam indirectamente neste negócio pois eram tratadores das compras e moradias da casa real, recebendo esta mercadoria para pagamento das tenças da casa real, como Isaac Abeacar e Moisés Benafaçam. Outros recebiam-no do rei como forma de pagamento, como Judas Galite, Abraão Abeacar e outros. Todos eles tinham como procuradores na ilha da Madeira italianos, como Dinis Sernige, Lucas César, Sisto Lomelino que, por sua vez, era procurador de Nocoloso Imperial¹³.

⁸ *Ibidem*, pp. 362-363.

⁹ João de BARROS, *Da Ásia. Década Primeira*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973, Parte Primeira, vol. I, pp. 86-87, 115-117.

¹⁰ Maria José FERRO TAVARES, *Os Judeus no século XV*, Lisboa, UNL, 1982, cap. V, p. 286.

¹¹ Fernando Alberto JASMIN PEREIRA RODRIGUES, *O açúcar madeirense de 1500 a 1537. Produção e preços*, Lisboa (tese dactilografada), 1969, p. 153; *Id.*, *Alguns elementos para o estudo da história económica da Madeira (capitania do Funchal, século XV)*, Coimbra (tese dactilografada), 1959, apêndice documental, doc. n.º 1, p. VIII.

¹² IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fls. 39v-40.

¹³ Virgínia RAU e Jorge BORGES DE MACEDO, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV. Problemas de produção e comércio*, Funchal, Junta-Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1962, pp. 89-95.

Em 1477, Moisés (Gomes?) Latam receberia 50 ducados de câmara por uma letra emitida por Bartolomeu Marchione e por Giovanni Guidetti, por conta dos judeus de Lisboa, a serem entregues 5, em Florença, e 45 em Roma. Afonso Rodrigues, estudante em Perúgia, recebera dois anos atrás 200 ducados de câmara, creditados por Isaac Abravanel e mestre Latam, através de uma letra emitida por Marchione¹⁴.

Em 1492, Catarina, escrava negra trazida da Guiné com outros escravos no resgate de Bartolomeu Marchione foi vendida a Guedelha Galite, morador em Lisboa, tendo vivido com ele cerca de dez anos. Baptizada não podia residir em casa de judeus, pelo que passara a viver em casa de Marchione¹⁵.

A 5 de Dezembro de 1496, D. Manuel decidiu a expulsão da minoria que devia abandonar o reino até Outubro do ano seguinte. Simplesmente, o monarca foi-os coagindo ao baptismo e os antigos judeus deixaram de se distinguir pelo nome dos cristãos de origem. A escolha do nome é ainda hoje para nós um mistério. Os neófitos escolheram os nomes dos padrinhos de baptismo? De cristãos com quem se relacionavam? De nomes que os sacerdotes no registo do baptismo lhes davam? Não sabemos. Apenas podemos dizer que o baptismo levou à assunção por parte de alguns baptizados de nomes cristãos de origem diversa.

Foi o caso de Manuel Perestrelo, cristão novo, residente na judiaria nova de Lisboa à porta da moeda e que avizinhava com Álvaro Fernandes, ex-Bixorda¹⁶. Não me vou debruçar sobre os Perestrelo que foram objecto de uma conferência apresentada por Nunziatella Alessandrini, a ser publicada neste volume. No entanto, a presença de alguns Perestrelo entre os denunciadores no Santo Ofício fez-me trazer à colação um ou outro. É o caso de Bartolomeu Perestrelo, homem de 66 anos, residente em Lisboa a S. José, que antes morara no Turcifal, termo de Torres Vedras, o qual veio denunciar na Inquisição Isabel Francisca, cristã nova, aqui residente¹⁷. Não seria o único. Em 1549, Rafael Perestrelo, filho de Violante Nunes e de António Perestrelo, já falecido, acusava dois escravos negros, um deles de Bartolomeu Perestrelo, de enaltecerem o Islão em detrimento da religião cristã¹⁸.

Podemos deduzir que as relações com as famílias de mercadores italianos estantes em Portugal continuavam, mas, agora, de modo diverso. As parcerias encontradas no século XV, onde judeus cortesãos e cristãos se misturavam beneficiando dos contactos de uns e de outros para desenvolverem negócios, quase desapareceram, pelo menos, a partir do final do rei-

¹⁴ Virgínia RAU, "Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV", in *Do Tempo e da História*, Lisboa, IAC, 1972, vol. V, p. 69.

¹⁵ IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 5, fl. 21.

¹⁶ IAN/TT, *Estremadura*, liv. 2, fls. 137v-138v.

¹⁷ António BALÃO, "A Inquisição em Portugal e no Brasil", in *Archivo Histórico Português*, Lisboa, 1910, vol. VIII, p. 471.

¹⁸ *Ibidem*, vol. VI, p. 182. Deduzimos que o pintor Gregório Lopes casou com uma Perestrelo, pois a filha Catarina usava este apelido (p. 477).

nado de D. Manuel e com a entrada da Inquisição em Portugal, no tempo de D. João III. Agora estas parcerias eram constituídas por cristãos novos, sobretudo, sociedades familiares, fechadas aos olhares da maioria para que a tradição familiar e religiosa pudesse sobreviver. A minoria encerrava-se num gueto social por razões de afirmação das suas origens ancestrais e por razões económicas. Mas os negócios continuavam, obrigando a contactos diversos, sempre sob a desconfiança ou a inveja dos cristãos velhos. Não esqueçamos a minuta de uma carta, enviada em 1533, ao rei D. João III que dizia o seguinte: “os cristãos novos que vão à Índia [...] não fazem outra coisa que esfolar os homens”¹⁹. E frei Henrique de Melo, no seu testemunho sobre o mercador Gaspar Ribeiro, declarava que ele não era cristão, nem judeu, nem turco, apenas sabia ganhar dinheiro. Sobre o filho deste, João Ribeiro, uma testemunha declarava que ele praticava a usura, mas só negociava com judeus. E acrescentava que não conhecia na cidade quem não lhe tivesse um ódio de morte, mas aceitavam-no sabendo que era muito rico²⁰. A mesma opinião tinha sido transmitida por mestre Simão numa carta a D. João III, a propósito dos cristãos novos que se encontravam em Ancona: “Têm por lei viver e ganhar”²¹.

As relações da coroa com os mercadores italianos foram uma constante no período da expansão com ou sem a participação de mercadores judeus ou cristãos novos. Em 1497, Simão Rangel, moço da câmara levava para Roma o açúcar que D. Manuel recebera da Madeira o qual foi entregue no banco de Estêvão Ranúcio²². Pela carta de quitação dada, em 1500, a Pedro de Andrade, cavaleiro da casa real, enviado por D. Manuel a Madrid, sabemos que pagou, nesta cidade, cerca de seis milhões de maravedis ao genovês António Salvado, meio milhão de maravedis a João Rodrigues Mascarenhas, o cristão novo que seria assassinado no levantamento de Lisboa contra os cristãos novos, em 1506, e cerca de duzentos mil a Donato Nicolim²³.

O mesmo João Rodrigues aparecia numa outra carta de 1501, como tratador das moradias reais. Era parceiro de outro cristão novo Fernão de Loronha²⁴ e ambos obtiveram o contrato de exploração do pau brasil quando obtiveram a incumbência de desbravar o litoral brasileiro. Este tinha com António Salvago o negócio da malagueta que era vendida na Flandres. Em carta ao rei D. Manuel, este italiano declarava-se um pouco “pejado” porque

¹⁹ *As Gavetas da Torre do Tombo...*, cit., 1974, vol. X, p. 200.

²⁰ Pier Cesare IOLY ZORATTINI, *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti (1579-1586)*, in *Storia dell'Ebraismo in Italia. Studi e Testi*, Firenze, Leo S. Olschki Editore, 1987, vol. VII, pp. 40 e 34.

²¹ *As Gavetas da Torre do Tombo...*, cit., 1960, vol. I, p. 656.

²² Anselmo BRAAMCAMP FREIRE, “Cartas de quitação de D. Manuel”, in *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, 1907, vol. V, p. 476, doc. n.º 581.

²³ *Ibidem*, pp. 73-74, doc. n.º 508.

²⁴ *Ibidem*, 1906, vol. IV, p. 443, n.ºs 476 e 477, pp. 72-73, docs. n.ºs 413-417.

era pública a amizade que tinha com Fernão de Loronha, um ex-judeu cortejado pelo que a sua identificação como cristão novo não consta na documentação²⁵. Fernão de Loronha recebia do camareiro-mor D. João de Noronha, por ordem do rei D. Manuel, a quantia de 956 mil e 400 reis de empréstimo para pagamento das moradias da casa real durante o primeiro quartel²⁶.

Sabemos que alguns cristãos novos, como o escudeiro João Rodrigues de Mascarenhas, tinham parte no negócio do açúcar da Madeira. Em 1503, João Francisco de Lafetá (Affaitati) e Jerónimo Cernige receberam 12 mil arrobas²⁷. Mais tarde, nos anos de 1512 e 1513, outros italianos tomavam parte neste negócio como João Lombardo, Lucas e António Salvago²⁸. Já João Vaz de Lemos recebeu cerca de trezentos mil reais de Bartolomeu “florentino”, ou seja, Bartolomeu Marchione, para as obras do paço real de Almeirim e do mosteiro de Santa Clara de Lisboa²⁹. Mas não era só o açúcar que interessava a estes mercadores italianos. A pimenta e a canela eram outras mercadorias em que negociavam, quer Bartolomeu Marchione, quer João Francisco de Lafetá (Affaitati). Em 1516, D. Manuel assinava com este último o contrato da compra do cobre na Alemanha, por cinco anos, via Flandres, por intermédio dos seus parceiros António e Filipe Gualtarotti, o qual se destinava à armada da Índia³⁰. Em 1529, já falecido João Francisco de Lafetá, o contrato do açúcar madeirense ainda lhe pertencia, tendo os seus representantes como Lucas Giraldo recebido o açúcar e o mel mascavado³¹.

António Salvado negociava em lambeis de “má qualidade” para a Mina, os quais nunca seriam aceites pelos negros para troca por ouro, segundo Estêvão Vaz. Este escrevia a D. Manuel sobre o assunto, dizendo que era legítimo os mercadores quererem enriquecer com os negócios, mas não era legítimo que o fizessem à custa do rei. Este contrato tinha como parceiro Lourenço Catanho³².

Vicente Rodrigues de Calvos, cavaleiro e feitor em Veneza nos anos de 1507-1509, negociou aqui com os Affaitati, Ludovico e João Francisco, e com Mateus Cino por via de uma letra de cambio endereçada por Bartolomeu Marchione. Vendia-se açúcar e comprava-se salitre, veludos, chamalotes, damascos, etc. Entre as mercadorias régias ia mercadoria de mercadores judeus³³.

Manuel Fernandes, cavaleiro, feitor do rei na Madeira e em Milão recebia carta de quitação do açúcar que enviara para esta cidade italiana

²⁵ *As Gavetas da Torre do Tombo...*, cit., 1964, vol. IV, p. 72.

²⁶ *Ibidem*, vol. X, pp. 223-227.

²⁷ A. BRAAMCAMP FREIRE, “Cartas de quitação...”, cit., 1906, vol. IV, p. 74, n.º 422.

²⁸ *Ibidem*, p. 77, doc. n.º 426 e p. 79, n.º 430.

²⁹ *Ibidem*, p. 365, doc. n.º 459.

³⁰ *Id.*, “Maria Brandoa...”, cit., 1908, vol. VI, pp. 374-375, 394-395.

³¹ *As Gavetas da Torre do Tombo...*, cit., 1965, vol. V, pp. 447-457.

³² *Ibidem*, vol. X, p. 203.

³³ A. BRAAMCAMP FREIRE, “Cartas de quitação...”, cit., 1908, vol. VI, p. 157, doc. n.º 608.

para comprar armas. Entre os dinheiros que recebera contava-se a soma de trezentos mil reais de Bartolomeu Marchione por intermédio do sobrinho deste, Benedito Morelli, uma letra de cambio de Clemente Cernige no valor de 1300 ducados e outros créditos de Redepero Catane, em Florença, entre outros mercadores italianos³⁴.

Em 1501, na armada de João da Nova ia uma nau de Mice Vinete, ou Fernão Vinet, florentino como feitor dos mercadores. A nau pertencia a Bartolomeu Marchione e ia carregada com mercadorias que o mercador italiano negociaria a bom preço em Melinde e em Cananor³⁵. No ano seguinte, na armada de Vasco da Gama, uma das naus pequenas, a Fradeza, era capitaneada por João Lopes Perestrelo, que permaneceria alguns anos no Oriente. Outra nau era comandada pelo italiano João de Bonagracia³⁶. Acerca da preparação desta armada, contava João de Barros as intrigas que o embaixador de Veneza, que ao momento se encontrava em Lisboa para pedir a ajuda portuguesa contra os turcos que tinham conquistado Módena, fizera junto dos embaixadores dos reinos do Oriente que tinham vindo a Portugal, apresentando-se como um dos financiadores do rei português e, denegrindo o país, dizia que era um reino pobre, pequeno e guerreiro, inimigo dos mouros com quem estava sempre em guerra. Em contrapartida, exaltava as qualidades, o comércio e a riqueza da Senhoria de Veneza com as relações comerciais com o Cairo, de onde lhes vinha as especiarias e onde os venezianos deixavam ducados de ouro bem conhecidos naquelas paragens orientais³⁷.

Em 1505, na armada comandada por Pedro de Anaia foi para a Índia com um navio seu Jorge Mendes Çacoto, que ficaria em Angediva por ordem do vice-rei D. Francisco de Almeida. Nesta armada, ia por língua o veneziano Micer Bonadjuto de Albão que Afonso de Albuquerque trouxera de Cananor³⁸. Em Cananor, um italiano de nome Ludovico Romano avisou D. Lourenço de Almeida e o vice-rei de uma armada que se preparava em Calecut. Este italiano regressaria a Portugal e depois a Itália na armada de Tristão da Cunha, onde escreveria a sua peregrinação por aquelas paragens orientais e o seu encontro com o vice-rei³⁹. Para aqui viera também como feitor da armada Pedro Vaz de Orta⁴⁰.

³⁴ *Ibidem*, vol. IV, p. 440, n.º 469.

³⁵ Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão, 1975, vol. I, pp. 235, 239, 249; J. de BARROS, *Da Ásia, Década Primeira...*, cit., Parte I, Livro V, cap. X, p. 464.

³⁶ G. CORREIA, *Lendas da Índia...*, cit., vol. I, p. 269; J. de BARROS, *Da Ásia. Década Primeira...*, cit., vol. II, Liv. VI, cap. II, p. 23.

³⁷ *Ibidem*, pp. 25-26.

³⁸ G. CORREIA, *Lendas da Índia...*, cit., vol. I, pp. 570, 578; J. de BARROS, *Da Ásia. Década Primeira...*, cit., vol. II, Liv. VIII, cap. III, pp. 198-199.

³⁹ *Ibidem*, vol. II, Liv. X, cap. IV, p. 409.

⁴⁰ G. CORREIA, *Lendas da Índia...*, cit., vol. I, p. 799.

As parcerias entre judeus e cristãos, fossem eles portugueses, italianos ou flamengos, parecem ter-se extinguido à medida que o cristão de origem podia ser um espião, um denunciante de práticas tradicionais apontadas como heresia e praticamente desapareceram com a entrada da Inquisição em Portugal. As sociedades que os cristãos novos firmavam agora eram essencialmente familiares, excluindo delas os membros cristãos velhos mesmo quando alguns deles se cruzavam com a maioria cristã por razão de nome, de prestígio social ou de proximidade à corte. Mas os contactos comerciais com os mercadores italianos devem ter-se mantido.

Mestre Francisco, físico e cirurgião em Faro, dedicava-se aos negócios por mar. Era proprietário de uma nau com um outro armador. O seu irmão, Rui Martins, era mercador e armador. Tinha negócios com Itália, tendo sido demandado quando andava com o seu feito e o da sua mulher na Inquisição de Évora por um micer Ludovico que lhe requeria que lhe pagasse as dívidas que tinha para com ele. Para resolver o assunto solicitaria ao Inquisidor que lhe desse licença para ir a Faro e a outros locais do Algarve e a Lisboa onde tinha a sua contabilidade para consultar os seus papéis e poder pagar a dívida. Mestre Francisco dedicava-se à pesca e à secagem do atum por fumeiro que vendia em barricas de madeira para Espanha e Itália. Para além do peixe dedicava-se também ao negócio da fruta. Seu irmão Rui Martins dedicava-se à pesca e exportação de sardinha fumada e outras mercadorias para Nápoles⁴¹. Como eles, também Duarte Dias, ou Pedro Álvares que depois partiria para a Grécia, onde vivia, ou Afonso Lopes e Duarte Dias que se tornaram também judeus, negociavam com Itália.

António Spínola Catanho era testemunha abonatória de Francisco Tomás, o “francês”, mercador cristão novo que vivera em Ferrara, onde se fizera judeu, em Lyon, em Bordéus e negociara com cristãos novos de Lisboa na Madeira. Era filho do licenciado António Fernandes, médico, e de Graça Tomás que, de Viana do Castelo, tinham emigrado para aquela cidade italiana pelo caminho flamengo e francês⁴².

A Itália foi um dos pontos de chegada de muitas famílias de cristãos novos portugueses. A emigração para as cidades italianas iniciou-se na década de Trinta-Quarenta do século XVI, como fora o caso de Brás Mendes, filho de Gabriel Mendes, residente na Rua Direita de Santarém, que emigrou para Veneza no início da década de 40⁴³. Não era só a liberdade religiosa que, no início, atraía os forçados ao baptismo em Portugal. De facto, as cidades italianas, incluindo Roma, funcionavam como um pólo de atracção de residência e de negócios mas também como um centro para o “salto” dos cristãos novos para a Turquia, o Golfo como também era designado o império otomano na documentação inquisitorial. Ferrara era a casa, onde

⁴¹ IAN/TT, *Inquisição de Évora*, n.ºs 5718 e 7914 (Mestre Francisco, ano de 1544).

⁴² IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, n.º 8937 (Francisco Tomás, ano de 1584).

⁴³ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, n.º 7777 (Gabriel Mendes, ano de 1554).

podiam livremente viver na judiaria, frequentar a sinagoga e fazerem-se circuncidar os incircuncisos. Mas também Ancona era um espaço de liberdade. Veneza era o centro nevrálgico de negócios com o Turco. Era a riqueza com todos os perigos derivados da duplicidade de “ser cristão” ou “ser judeu”, mas também podia ser a porta da liberdade para a partida definitiva, ou não, para o mundo turco de onde se regressava com o chapéu amarelo do judeu levantino para camuflar a origem peninsular com a sua passagem pelo cristianismo. Esta atracção pelas cidades italianas radicava em cerca de dois séculos de contactos comerciais realizados em parcerias entre judeus e mercadores italianos e/ou flamengos.

A judiaria de Ferrara foi um espaço muito frequentado pelos cristãos novos. Na sua sinagoga muitos receberam a circuncisão e na sua escola aprendiam a religião e a tradição dos seus antepassados judeus. Nesta cidade encontravam-se os Galindo de Évora, os descendentes de mestre José Vizinho, o astrónomo Esdras Vizinho, os Reinel, os Abravanel, entre muitos outros mercadores e médicos que circulavam entre Ferrara, Veneza e Salónica ou Constantinopla⁴⁴.

Por vezes essa passagem pelo judaísmo era transitória, ora pelo património deixado no reino, ora pela família e amizades que aqui tinham permanecido. António Pais, filho de Pedro Pais e de Branca Rodrigues, seguiu o caminho do exílio de muitos correligionários. Flandres e França faziam parte de um trajecto para chegar a Itália. Partira com cerca de nove anos de idade com os pais. Depois de viver algum tempo em Ferrara, decidira regressar a Portugal e confessar a sua culpa e arrependimento na Inquisição de Lisboa.

Também em Ferrara fora circuncidado João Baptista, tinha então cinco anos de idade. O percurso da família para o exílio passara também pela Flandres, França, interrompera-se em Ferrara onde abjuraram o cristianismo e se fizeram judeus, e retomaram o caminho do exílio pela rota de Veneza até atingirem Salónica. Na Flandres, apesar de proibido o judaísmo, a criança João Baptista tivera o primeiro contacto com a tradição dos seus antepassados através do livro impresso intitulado *Livros ladinos em língua espanhola*. Outros confessavam ter praticado o judaísmo em Pisa e em Parma, como Paulo Sebastião, residente às portas de Santo Antão. Outros, como Lopo Luís de Lião, depois de viver com a mãe em Ferrara, onde fora circuncidado por Gabriel Henriques que, aqui, se chamava José Serralvo, ourives de profissão, acabando por abjurar em Turim⁴⁵.

Se Ferrara era um local onde os cristãos novos portugueses negavam o cristianismo, era também a cidade propícia à observação de comporta-

⁴⁴ P. C. IOLY ZORATTINI, *Processi del S. Uffizio... (1579-1586)*, cit., 1984, vol. V, pp. 47-49.

⁴⁵ António BAIÃO, “A Inquisição em Portugal e no Brasil. Livro I – A Inquisição no século XVI. IX – As denúncias da Inquisição de Lisboa”, in *Archivo Histórico Portuguez*, vol. VII, 1907, pp. 228, 230, 233.

mentos desviantes que, chegados a Portugal, cristãos novos e cristãos velhos se apressavam a ir denunciar os seus autores à Inquisição. Tal aconteceu com Luís Franco, cristão novo de Aveiro, criado do rei e antes do infante D. Duarte, que esteve em trânsito por aquela cidade italiana. Em Lisboa, denunciaria vários cristãos novos que nela viviam como judeus, como Manuel Gomes das naus, filho de Fernão Gomes das naus, mercador muito rico, acrescentava o delator, Henrique Nunes, filho de Nuno Henriques, confeiteiro muito rico, Manuel David, filho de um irmão de Nuno Henriques, Henrique Mendes e o seu primo co-irmão Álvaro Tristão, os físicos Manuel Miguel, Luís Álvares e Duarte Gomes, o cirurgião Fernão Lopes, os mercadores Afonso Mendes e Paulo Tomás, o ourives da prata Gabriel Henriques e muitos outros que ele vira convertidos ao judaísmo. Um ou outro já tinha partido a caminho de Salónica⁴⁶.

Também o fidalgo da casa real D. António de Lima Azevedo tivera de deslocar-se a Roma e, no regresso, decidira visitar algumas cidades italianas, entre as quais Ferrara. Aqui encontrara alguns concidadãos agora traves-tidos de judeus, como Diogo Dias, escrivão do capitão de Safim, um irmão de Rodrigo Henriques, o Lerma, o doutor Barbosa e o seu irmão entre outros. Visitara também Ancona e, enquanto aqui estivera, assistira à partida de uma nau carregada de cristãos novos portugueses que iam a caminho da Turquia⁴⁷. Mas a estes, juntava Gaspar Lopes, preso na Inquisição de Lisboa, outros nomes que frequentavam a sinagoga de Ferrara e aqui viviam como judeus: o caixeiro Bernardo Lopes, o pai e o sobrinho do cirurgião mestre Pedro, o cirurgião mestre Diogo, o mercador Manuel Fernandes, os ourives Manuel Dias, Francisco Rodrigues, Jorge Rodrigues e Henrique Fernandes, entre outros⁴⁸.

Também um Vicente Pinto, hóspede de D. Constantino de Bragança, conhecera alguns cristãos novos em Veneza, Damasco e Salónica. Um deles, Moisés Cohen quando se deslocava a negociar a Veneza fazia-se chamar Pedro Botelho e um outro de apelido Lerma, tinha o pai a viver em Salónica⁴⁹. Veneza, a porta do Adriático, era outra cidade onde uma comunidade cristã nova sefardita residia e vivia, na sua maioria, como cristã, embora pudesse manter um comportamento religioso duplo. Aqui residiam Jorge Lopes Vaz, cunhado de Nuno Dias da Costa, morador em Coimbra, Diogo Vaz Mondego e outros. Este último tinha um irmão que negociava em Antuérpia e Lisboa⁵⁰.

Em finais do século XVI, na sinagoga de Ferrara ardiam lâmpadas dos cristãos novos de S. Vicente da Beira, dos do Fundão e dos naturais da

⁴⁶ *Ibidem*, p. 160.

⁴⁷ *Ibidem*, vol. VI, 1908, p. 183.

⁴⁸ *Ibidem*, vol. VII, 1909, pp. 11-12.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 9.

⁵⁰ *Ibidem*, vol. VIII, 1910, p. 421.

Covilhã que para lá tinham partido e imploravam pelos que ficavam no reino⁵¹.

A emigração para as cidades italianas, como Ferrara, Florença, Ancona, Roma ou Veneza revela-nos um universo grande de mercadores, artesãos, médicos, advogados, astrónomos. Tal como no reino, muitos deles dedicavam-se ao comércio de escravos negros ou mouros que vendiam a correli-gionários que procuravam convertê-los à Lei de Moisés. Gente culta, rica e experiente nos seus ofícios, na sua maioria, que vivia entre dois mundos, o Turco e o Oriente, por um lado, a Sefarad e as conquistas ocidentais, por outro, utilizava as cidades italianas como ligação, apesar de a sua situação se complicar a partir da década de Setenta com a actuação do papa Gregório XIII. De facto, a vida dos cristãos novos não era fácil, aparecendo sempre como suspeitos aos olhos de cristãos e de judeus, embora por razões diversas. Se os primeiros os olhavam como possíveis hereges, os segundos receavam que a sua eventual queda nos braços da Inquisição trouxesse contra eles e contra o bairro judaico possíveis ameaças e suspeição de os aliciarem a abjurar o cristianismo, pois tinham nascido em reinos onde o judaísmo não era permitido.

Nuno Henriques, ex-Senior Benveniste, viera judeu para Portugal, em 1492. Era um dos membros da “casa” Benveniste. Era mercador tal como o irmão Henrique Nunes. Com a entrada da Inquisição no reino sentira a sua vida e a da sua família ameaçada, pelo que encabeçaria a oposição dos cristãos novos de Lisboa à Inquisição. Em Dezembro de 1542, numa carta dirigida a uma individualidade em Roma, narrava a dureza dos inquisidores que nem sequer respeitavam a bula papal e censurava alguns cristãos novos, como o físico Francisco Mendes que circuncidara um filho e acreditara que Luís Dias, sapateiro em Setúbal, era o Messias prometido aos judeus. A mis-siva, um pouco incriptada, pois não conhecemos o destinatário que poderia ser leigo e casado, visto que falava num presente para a mulher e a oferta de uma jóia ao primogénito, mencionava uma dívida dos cristãos novos que seria paga no câmbio de Florença, pelos serviços prestados junto da cúria. Entre estes vinham os perdões de Margarida de Oliveira e da “mulher do licenciado” – certamente Beatriz Vaz, mulher de Gil Vaz Bugalho – e acrescentava que os breves favoráveis a mestre Tomás, um cristão novo mercador de Lisboa, e a Gil Vaz Bugalho não se estavam a cumprir, libertando-os sob fiança. Com a carta era enviada uma letra de câmbio no valor de dois mil ducados de Lucas Giraldo para o banco de Cavalgante a qual seria paga por João Giraldo no prazo de trinta dias. Pela carta, sabemos que todos os papéis e dinheiro corriam de Lisboa, via Flandres ou Valladolid, para Roma⁵².

Nuno Henriques acabaria por decidir partir para a Flandres e daqui para Itália. Viria a falecer em Veneza deixando uma grande riqueza mone-

⁵¹ *Ibidem*, p. 419.

⁵² *As Gavetas da Torre do Tombo...*, cit., 1963, vol. III, pp. 178-186.

tária. Só à sua viúva Violante, que acabaria por partir para a Turquia, legava metade do património, a Jerónimo, o filho mais velho deixava 10.000 ducados, e aos outros filhos e filhas doava a cada um 6.000 ducados. Tudo isto perfazia a bela quantia de mais de 100.000 ducados em dinheiro, exceptuando o demais património em mercadorias ou negócios em diversas partes de Itália, Flandres, França e Portugal.

Na corte de Leonor de Toledo, duquesa de Florença, mulher de Cosme de Médicis, encontravam-se cristãos novos portugueses, como Henrique Nunes ou Abraão Benveniste, ou Abraão Riguetto, filho daquele, com cristãos velhos portugueses e espanhóis. Henrique Nunes vivia de “negócios” ou, para melhor dizer, dos rendimentos de negócios que a família possuía no Levante, em Flandres e em Portugal. Em Ferrara, tinha um agente seu, o judeu ferrarense Jacob Molf. À sua riqueza pessoal juntava-se o vício do jogo que praticava nos círculos da alta sociedade florentina, onde se identificava como cristão acompanhando a duquesa à igreja. No cruzamento dos caminhos dos negócios e das relações sociais era fácil a suspeita de uns sobre os outros, tanto mais que o comportamento de muitos era dúplice: cristãos e judeus⁵³. Henrique Nunes, cujos processos nas inquisições de Veneza e de Lisboa conhecemos, assumira-se judeu em Ferrara, onde afirmava residir e ter nascido, como Abraão Benveniste.

O notário Giacomo de' Conti conhecera-o judeu e como tal o declarava em sua defesa, pois vira-o frequentar a sinagoga em Ferrara e tinha sinagoga em casa. Justificava o uso do nome cristão por causa dos negócios que mantinha em Portugal, Espanha, Flandres e França, onde os judeus eram proibidos. Também o mercador florentino Alexandre di Bardi se cruzara com ele em Antuérpia nos anos de 1548-49, assim como em Ancona. Em Lisboa, cruzara-se com a família Nunes um Giacomo de'Bardi, florentino⁵⁴. Podemos deduzir que as relações de Henrique Nunes com Florença tiveram na sua origem as ligações comerciais, ocorridas já em Lisboa, com a família de banqueiros Bardi.

Entre as denúncias entradas na Inquisição de Veneza temos aquela contra Eduardo Henriques que negociava em Rialto muitos milhares de ducados. Vivia e negociava como cristão, mas em Rialto identificava-se sob um outro nome, depois de ter vivido na judiaria como judeu. Na denúncia, fica-nos a dúvida se a queixa era devida à dupla identidade ou se era por negociar com muitos milhares de ducados. Outro cristão novo que negociava em Veneza era Agostinho Henriques, agente de Beatriz Mendes ou Nasi⁵⁵.

Mas a sangria para as cidades italianas continuaria ao longo do século XVI, como podemos verificar pelo número das famílias que saíram

⁵³ P. C. IOLY ZORATTINI, *Processi del S. Uffizio... (1570-1572)*, cit., 1984, vol. V, p. 8, nota 2.

⁵⁴ *Ibidem*, pp. 18 e 221.

⁵⁵ *Id.*, *Processi del S. Uffizio... (1571-1580)*, cit., 1985, vol. VI, pp. 28, 47 e 31, respectivamente.

directamente de Castelo de Vide, Cabeço de Vide, Portalegre, Vila Viçosa, Lisboa ou por Toledo, à sorte, ou levadas por um cristão novo tornado judeu levantino que de Salónica os vinha buscar e encaminhar para as terras do Turco, via Veneza. Aires Gonçalves e sua mulher, Joana Rodrigues que também era sua cunhada, Rodrigo Aires, filho de Simão Pais de Castelo de Vide, mercador, Catarina Filelfa, e Álvaro Pais partiram para Florença ou para Ferrara, onde foram assumir-se judeus. Terminariam o caminho em Salónica onde Joana Rodrigues era conhecida como confeitadeira. O mesmo acontecera com Diogo Lopes, mercador, e Manuel Dias, seu filho, que se licenciara em Leis em Salamanca, tinham ido viver para Florença, onde negociava em panos da Índia. Aqui assumira o apelido Amiz, porque assim constava entre os da sua família que este era o nome dos seus antepassados. Francisco Lopes fora ter com o pai a Salónica, tendo antes vendido os bens que possuía em Castelo de Vide e comprado panos da Índia os quais se negociavam bem em Veneza, segundo o pai lhe mandara dizer.

Residia em Castelo de Vide, o genovês Bartolomeu Dória, que tinha o cargo da alfândega da vila, o qual se relacionava com a comunidade de mercadores cristãos novos do lugar, como Manuel Lopes Chaves, o seu cunhado Diogo Álvares, Diogo Fernandes Machorro e Jorge Nunes, entre outros.

Outros emigravam ao serviço do rei em Itália, não regressando mais a Portugal. Foi o que sucedeu com Duarte da Paz ou com Álvaro Mendes que enriquecera na Índia e depois fora para Roma e daqui para Florença, onde já vivia o seu pai António Mendes, e o seu cunhado Baltasar Galego, mercador. Jorge Gonçalves de Portalegre emigrara com a mulher para Pisa, onde viviam como judeus⁵⁶.

Em Veneza viviam o mercador Gaspar Ribeiro de Lisboa e o seu filho João Ribeiro ou os mercadores Miguel Vaz Mondego e o seu irmão Jorge Lopes que negociavam com a Flandres e com Constantinopla, onde tinham familiares. Aqueles, como muitos outros cristãos novos, na diáspora estavam ao serviço do rei enviando-lhe informações sobre as especiarias que chegavam ao Cairo e sobre os negócios da Senhoria veneziana com esta cidade e Alexandria. Na troca de informações com a coroa, os Ribeiro alertavam o monarca para a espionagem feita por um certo mercador genovês, António Calvo, sobre a quantidade de mercadoria que da Índia chegava a Lisboa, pelo que os genoveses se voltavam para o Egipto e para Veneza para negociarem. Também não esqueceriam as informações sobre o Turco, nem a diplomacia para a paz com Portugal no Oriente prometida por João Micas-Nasí, duque de Naxos, ao sultão, pelos parentes hebreus, notícias que teriam sido transmitidas a D. Sebastião por Baptista Catanho⁵⁷.

⁵⁶ IAN/TT, *Inquisição de Évora*, n.º 8031 (Manuel Lopes Chaves, ano de 1579).

⁵⁷ P. C. IOLY ZORATTINI, *Processi del S. Uffizio... (1571-1580)*, cit., 1985, vol. VI, pp. 75 e 134; Id., *Processi del S. Uffizio... (1579-1586)*, cit., 1987, vol. VII, pp. 515-517.

Em Veneza seria preso pela Inquisição um Filipe Dinis, médico, que nesta cidade vivia como mercador, frequentando segundo testemunhas as casas de cristãos e de judeus em negócios. Os Filipes, tio, sobrinhos e um criado, eram conhecidos como mercadores, negociando com os Manzini que eram mercadores de lã. Mantinham o nome Filipe em Lisboa e em Antuérpia onde tinham ainda os seus negócios. Em Lisboa, o seu representante era Duarte Furtado e em Antuérpia o parceiro era Luís Fernandes. Usavam o barrete preto na cabeça para se parecerem cristãos e poderem negociar facilmente e não lhes prejudicarem os negócios. Não frequentavam a sinagoga nem a judiaria para não serem reconhecidos como tal, mas residiam junto a S. Donato, entre cristãos. Filipe Dinis ou Salomão Marcos, à semelhança de outras famílias, cristãs novas saíra de Lisboa para Antuérpia e daqui fora para Veneza via Colónia. Reconhecido pela Inquisição de Veneza como criptojudaizante seria julgado e condenado a penas espirituais e multas. Seriam seus fiadores alguns mercadores como Simão Lopes, D. Jorge, mercadores de Veneza⁵⁸.

O negócio dos escravos foi uma das características do trato mercantil de muitos mercadores cristãos novos. Os mesmos interesses comerciais se manifestavam na emigração para o Mediterrâneo central e levantino. Nos processos da Inquisição de Veneza encontramos a menção ao negócio de escravos por parte de cristãos novos portugueses que se faziam judeus em Itália, emigravam para as terras do Turco, compravam escravos negros mouros e obrigavam-nos a converter ao judaísmo. Agostinho Henriques, Eduardo Gomes, feitor de Beatriz Mendes em Veneza, Eduardo Henriques, que negociava em Rialto com muitos milhares de ducados eram alguns dos que intervinham neste trato⁵⁹.

Se não podemos provar a existência de parcerias de famílias de negócio cristãs novas e as casas financeiras e mercantis italianas, podemos apresentar a diáspora de algumas famílias com os respectivos membros dispersos por espaços geográficos fulcrais para os negócios e a economia familiar. Paulo Garcês ou Abraão Garcês era natural do Porto e neto dos Bentalhado. Nascera na Rua de S. Miguel, numa casa defronte da igreja. Fora criança para a Flandres com o tio materno Duarte Fernandes, onde aprendeu a falar o flamengo, o inglês e o francês, línguas que falava melhor que o português e se fizera judeu. Aprendera a profissão de fabricante de veludos. A mãe, Ana Pereira, vivia em Amesterdão como judia, depois de ter trocado o Porto por Lisboa e o reino pelos Países Baixos. Um dos seus irmãos pertencia à casa de Gaspar Lopes Henriques, seu primo, mercador de Lisboa, e fora para o Brasil. Uma das suas irmãs casara com Manuel Sanches, mercador, e vivia em Amesterdão. Os primos filhos do tio materno, Duarte Fernandes, viviam no reino, a maioria, com excepção de Manuel

⁵⁸ ID., *Processi del S. Uffizio...* (1585-1589), cit., 1989, vol. X, pp. 77-175.

⁵⁹ ID., *Processi del S. Uffizio...* (1571-1580), cit., 1985, vol. VI, pp. 27, 28, 47.

Lopes que se tinha casado e residia em Florença. Gaspar Lopes Henriques provavelmente o mais empreendedor e que empregava outros parentes era mercador de açúcar, pedrarias e roupa, pelo que negociava em Madrid, e outro em Amesterdão. Nesta cidade, o tio Duarte Fernandes tinha interesses negociais em Mogador, Agadir ou Santa Cruz. Exportava armas e pólvora e trazia no regresso ouro e dinheiro. De Amesterdão os negócios estendiam-se à comunidade cristã nova residente em Hamburgo⁶⁰. Estamos, portanto, perante uma sociedade comercial familiar com ramificações no reino, em Espanha, no Brasil, em Itália e em Amesterdão.

Também os Milão souberam criar uma casa comercial dispersa por Lisboa, Brasil, Amesterdão, Hamburgo e Roma. Paulo de Milão foi à Inquisição reconciliar-se antes de partir para as Índias espanholas, via Angola com António Dias Milão, irmão de Henrique Dias Milão. Este chegara da América espanhola, onde a mulher e a filha tinham sido condenadas e queimadas no México, via Inglaterra, para Lisboa, onde acabaria preso⁶¹.

Henrique Mendes Bravo ou David Levi Bravo nascera em Lagos. Era filho do mercador Miguel Nunes Bravo que falecera no Alvito. Adolescente saíra do reino com a mãe a irmã em direcção a Itália. Residiram em Florença onde a irmã faleceria. Aqui foram aconselhados por Bento de Medeiros a irem para Veneza, onde podiam viver melhor. Foram para esta cidade do Adriático acompanhados por um criado italiano, Pietro Lagem, filho de um português e de uma italiana. Em Veneza, instalaram-se no gueto, graças a uma carta de Bento de Medeiros dirigida a Garcia Ribeiro, filho de Gabriel Ribeiro, contratador. Converter-se-iam ao judaísmo, tendo ele sido circuncidado pelo cirurgião Brás Lindo, natural de Aveiro, que aqui residia, com o apoio do rabino Babli, de Moisés Altaras, de Garção e outros judeus de origem peninsular.

No referido gueto viviam umas cerca de mil e quinhentas pessoas na sua maioria portugueses e alguns castelhanos. Entre aqueles, contavam-se alguns portugueses mercadores como Manuel de Medeiros, Bento de Medeiros, seu filho, e Garcia Ribeiro, seu genro, André Faleiro que fora contratador em Lisboa, António Fernandes Caminha, “o papa toucinho” que teve uma loja de panos nesta cidade, e os seus filhos Henrique Fernandes e Isaac Marcos, Pascoal da Veiga que foi corretor de câmbios e mercadores, Baltazar Henriques da Covilhã que daqui fora para Antuérpia e depois para Veneza, Belchior Gomes de Bragança, os Penso, com mulheres e filhos, entre outros.

A sua presença na cidade do Adriático seria curta, cerca de quatro anos, devido a ter-se envolvido numa luta com um veneziano pelo que tivera de fugir e embarcara numa nau inglesa e fora para a Holanda. Em Amesterdão foi recebido pela comunidade portuguesa aqui residente, tendo-se alojado

⁶⁰ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, n.º 3292 (Paulo Garcês ou Abraão Garcês, ano de 1620).

⁶¹ *Ibidem*, n.º 3338 (Paulo de Milão, ano de 1606-09).

em casa do mercador Manuel Pimentel com quem passou a trabalhar, como caixeiro, fazendo-lhe a contabilidade⁶².

Mas Veneza era importante como interposto de passagem para a Turquia. Por aqui saíam os cristãos novos que desejavam dar o “salto” para a tão desejada liberdade religiosa. Por ela entravam os cristãos novos, tornados judeus levantinos que vinham à Península por serem portadores de notícias sobre os que tinham partido e para conduzirem até Salónica, via Veneza, os que desejavam abandonar o reino. Estes “condutores” sob a aparência de mercadores usavam diferentes identidades nas várias cidades por onde passavam, de modo a não serem facilmente identificados por eventuais denunciadores apanhados nas malhas da Inquisição. O “homenzinho de Salónica” ou o “da campainha” foi um deles. Atravessou a Península vendendo tafetás. Em Toledo, tinha já recolhidas numa estalagem quatro famílias cristãs novas portuguesas que para aqui tinham vindo ao seu encontro com o objectivo de partirem para Salónica, via Veneza. De Toledo, iam por terra até um porto de mar, onde se metiam na primeira embarcação que se proporcionasse e que podia sair de Valença, Alicante ou Cartagena⁶³.

Como dissemos no início as relações com os italianos estantes em Portugal mantiveram-se e até é possível que tivesse havido cruzamentos familiares. Alguns emigraram para a Madeira, onde encontramos apelidos como Uzadamar (Uzodimare?), Spínola, Catanho, Dória, Accioli, Perestrelo, por exemplo.

Em 1623, casavam António Dias de Araújo com a filha de Inácio da Costa Uzadamar. Três anos mais tarde, um irmão daquele consorciava-se com uma outra filha deste Uzadamar. Foi uma das testemunhas deste último casamento Cristóvão de Lião Spínola.

Este Inácio da Costa casara em finais do século XVI com Isabel Uzadamar da Ribeira Brava. Os Spínola também tinham representantes entre as famílias cristãs novas madeirenses. Em meados de Quinhentos, Pedro Correia Valente e Antónia de Espínola Aderno viviam na ilha. Um João de Spínola dava nome à rua do Funchal onde tinha a casa⁶⁴.

Em Ponta do Sol, residiam cristãos novos de apelido Catanho. Em 1584, casou Rafael Catanho de Vivaldes, filho de Pedro de Escobar de Castro e de Guiomar Catanha. No início do século seguinte, outros Catanho residiam no Machico, neste caso Pedro Catanho, filho de outro Pedro Catanho e de Maria Canha. No Funchal, casavam Fernão Nunes de Vasconcelos, filho de Fernão Nunes Teixeira e de Filipa de Mendonça Furtada, residentes no Porto da Cruz, com Ana Cabral, filha de Luís Gonçalves de Gaias e de Isabel Catanha. Os noivos tinham sido recebidos antes em casa de António Cabral

⁶² *Ibidem*, n.º 12493 (Heitor Mendes Bravo, ano de 1617-18).

⁶³ IAN/TT, *Inquisição de Évora*, n.º 8031 (Manuel Lopes Chaves, ano de 1579).

⁶⁴ *Arquivo Histórico da Madeira. Rol dos judeus e seus descendentes*, Série Transcrições Documentais 1, Boletim do Arquivo Regional da Madeira, 2003, pp. 283, 286, 303.

Catanho, irmão da noiva. No Calhau, casava-se Diogo Teles de Meneses, filho de Fernão Morais de Aguiar e de Maria Catanha⁶⁵.

Pedro Lopes de Vasconcelos casara com Helena de Meneses, filha de Jorge Mealheiro Leme. Uma das filhas do seu segundo casamento casaria com Inácio Teixeira Dória. Aquele era filho de Pedro Lopes Libralião, um cristão novo natural de San Lucar nos arredores de Sevilha⁶⁶.

Um Diogo Betencourt Perestrelo, governador do Porto Santo, casaria com a cristã nova Clara Caldeira⁶⁷.

Em conclusão, não é fácil percebermos as ligações comerciais entre os mercadores cristãos novos e os mercadores italianos, durante o século XVI, parecendo-nos que elas devem ter esmorecido com a entrada da Inquisição, pelo menos. Os cristãos novos em Portugal e em Itália fecharam-se aos contactos e aos negócios com os cristãos de origem. A sobrevivência económica era a face exterior da sobrevivência religiosa, qual passaporte para outras paragens, quando as suspeições de duplicidade religiosa os obrigava a partir, embora pudessem regressar mais tarde, passados uns anos se os negócios assim o exigissem, quer como cristãos com o barrete preto, quer com o chapéu amarelo à judeu levantino. No entanto, apesar dos receios, cristãos novos e italianos cruzaram-se por via do casamento de alguns dos seus membros, embora nem sempre saibamos explicar a origem do apelido italiano em famílias de origem cristã nova.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 289, 292, 300, 293.

⁶⁶ *Ibidem*, pp. 302, 303.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 356.